

ISSN-0103-4987

CADERNOS DA  
CASA DE OSWALDO CRUZ

N.º 1 — Vol. 1 — Novembro de 1989

Ministério da Saúde  
Fundação Oswaldo Cruz

Presidente da  
Fundação Oswaldo Cruz  
*Akira Homma*

Diretor da  
Casa de Oswaldo Cruz  
*Paulo Gadelha*

**Cadernos da  
Casa Oswaldo Cruz** é uma  
publicação da Casa de Oswaldo  
Cruz, unidade técnica da  
Fundação Oswaldo Cruz  
(FIOCRUZ), órgão vinculado  
ao Ministério da Saúde.

Editor Executivo  
*Paulo Gadelha*

Editor Assistente  
*Gilberto Hochman*

Editor de Texto  
*Ruth B. Martins*  
*jornalista responsável*

Projeto gráfico  
*Fernando Vasconcelos*

Produção  
*Vânia Buchmüller*

Av. Brasil 4365,  
Cep: 21.040, fones 260 8342  
287 8080 R: 239  
Rio de Janeiro – RJ.

Não é permitida a reprodução  
total ou parcial dos textos,  
fotos e ilustrações sem prévia  
autorização dos editores.

Composição  
*JP Composição*

Fotolitos e Impressão  
Artes Gráficas FIOCRUZ

# Sumário

<b>“Massacre de Manguinhos”:</b> crônica de uma morte anunciada	7
<i>Wanda Hamilton</i>	
<b>Retratos do cotidiano em Manguinhos</b>	19
<i>Jaime Benchimol</i>	
<b>Oswaldo Cruz X Barão de Pedro Affonso:</b> polêmica no controle de imunizantes.	32
<i>Tania Fernandes</i>	
<b>Monteiro Lobato e a fotografia como diagnóstico</b>	44
<i>Eduardo Vilela Thielen • Ricardo Augusto dos Santos</i>	
<b>As propostas do SESP para educação em saúde na década de 50 – uma concepção de saúde e sociedade</b>	51
<i>Cristina Maria Oliveira Fonseca.</i>	
<b>Abordagem museológica sobre a questão da vacina antivariólica. Carta de Oswaldo Cruz ao Senador Antônio Francisco Azeredo.</b>	59
<i>Luis Fernando Fernandes • Marcia Fernandes Portela</i>	
<b>Assistência médica na Previdência Social: questões da literatura</b>	62
<i>Gilberto Hochman • Marcos Chor Maio • Nisia Trindade Lima</i>	
<b>Lembranças de um líder ferroviário sobre assistência médica no Brasil. Entrevista com Batistinha</b>	77
<i>Marcos Chor Maio • Nara Brito</i>	

# “Massacre de Manguinhos”: Crônica de uma morte anunciada

Wanda Hamilton

Pesquisadora da COC

## Origens de Manguinhos: a construção de um mito

Antes de focalizar o Instituto Oswaldo Cruz na conjuntura que vai de 1964 – ano do golpe militar – a 1970 – ano da cassação e aposentadoria de dez de seus pesquisadores – é necessário recuar na sua história.

Não resta dúvida que os conflitos que tomaram sua forma clara e se radicalizaram naquele momento dizem respeito a questões que acompanharam a trajetória da instituição desde suas origens.

O então chamado Instituto Soroterápico foi criado em 1900 com o intuito de produzir soros contra a peste bubônica que, tendo atingido o Porto de Santos, ameaçava expandir-se para o Rio de Janeiro, a capital da República. Mas, se na sua origem encontramos uma resposta episódica do Governo da República Velha a um problema concreto de saúde, com o tempo a instituição irá adquirindo novos contornos, convertendo-se no primeiro grande centro de medicina experimental do Brasil.

À imagem do Instituto Pasteur, a instituição passou a combinar a fabricação de produtos biológicos, às atividades de pesquisa em ciência biomédica, além de definir sua participação nas ações de saúde pública através da prestação de

serviços, do estudo da profilaxia de doenças infecciosas, e a formação de recursos humanos dentro dos novos conhecimentos da microbiologia e da bacteriologia.

Em grande parte isso ocorreu à revelia do governo, que não via como prioritário o desenvolvimento de uma instituição científica e que, depois de controlada a febre amarela e protegida a capital pelas campanhas coordenadas por Oswaldo Cruz – então Diretor Geral de Saúde Pública e de Manguinhos – relegou a política sanitária a um segundo plano. (cf Stepan, 1976 e Benchimol et al, 1988).

Em 1907 passou a se chamar Instituto Oswaldo Cruz e ganhou os contornos institucionais que iriam acompanhá-lo até a década de 30.

Subordinado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Instituto de Manguinhos contava com virtual autonomia política para fazer frente às diversas conjunturas e demandas do governo. A venda de produtos biológicos, por sua vez, lhe conferiu autonomia financeira e recursos necessários para a contratação de pessoal, o incremento de pesquisas e equipamentos e lhe permitiu sobreviver à parca dotação orçamentária governamental dos anos subsequentes.

Este modelo baseado no tripé pesquisa, ensino e produção se completava e realimentava mutuamente. Cada pesquisador dividia seu tempo entre as atividades de rotina, como a produção de vacinas, e pesquisas sobre hematologia, parasitologia, entomologia, bacteriologia e anatomia patológica. Além disso, muitos se engajavam por alguns períodos em viagens de reconhecimento de doenças, prestação de serviços de saúde pelo interior do Brasil e administração das aulas do Curso de Aplicação, criado em 1908.

Este trabalho, a respeito do episódio conhecido por “Massacre de Manguinhos”, vincula-se ao Programa de História Oral da Casa de Oswaldo Cruz, que tem por objetivo a constituição de um acervo de depoimentos sobre a história do Instituto Oswaldo Cruz e da Saúde Pública no Brasil.

Constituído pelas pesquisadoras Nara Brito, Rose Goldschmidt e Wanda Hamilton, o programa tem tomado, desde sua implantação, em março de 1986, depoimentos de cientistas, técnicos e administradores da instituição. Estas entrevistas são a fonte principal de informações contidas neste trabalho, que teve a coordenação de Paulo Gadelha e o apoio das pesquisadoras do setor de História Oral.

A produção e venda de imunobiológicos lhe proporcionava a autonomia financeira necessária para desenvolver o setor de pesquisa científica, não priorizado pelo governo. A participação nas campanhas sanitárias lhe dava trânsito na esfera política e uma certa legitimidade social. A pesquisa científica lhe conferia principalmente o reconhecimento internacional jamais imaginado para uma instituição científica na América Latina, e a formação de pesquisadores vinha suprir a instituição com novos recursos humanos e, ao mesmo tempo, perpetuar um novo tipo de conhecimento e de método científico alheio a faculdade de medicina da época.

Pela capacidade de organizar e administrar o Instituto, seu diretor Oswaldo Cruz, transformou-se em um mito para as gerações futuras; no verdadeiro exemplo de cientista e sanitarista. Recorrendo à sua imagem e ao modelo instituído nos primórdios da instituição que essas gerações identificaram as finalidades prioritárias do IOC.

O modelo institucional concebido por Oswaldo Cruz continuou praticamente inalterado até a década de 30. Carlos Chagas, o sucessor de Oswaldo Cruz, que morreu no cargo em 1917, também foi diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, entre os anos de 1919-1926 e, ao implantar a Reforma Sanitária de 1920, conseguiu ampliar a autonomia do Instituto. Ele acrescentou à lista de produtos biológicos a preparação da vacina antivariólica, o serviço de medicamentos oficiais encarregado da preparação de quinina, o serviço de análise de soros, vacinas e outros produtos à venda no mercado e criou as seções de fisiologia e química.

#### **Perda de autonomia**

A Revolução de 30 inaugurou uma nova fase econômica e política para o Brasil e também para o Instituto Oswaldo Cruz. Até fins da República Velha, o país não havia superado ainda a pesada herança colonial; continuava um país monocultor e dependente do mercado externo. Foi no regime de Vargas que o Estado passou a interferir e apoiar a industrialização através da substituição das importações, da concessão de facilidades de financiamento e – fato inédito até então – pela instalação de novas indústrias estatais. Era o Estado assumindo o papel de investidor, organizando a vida econômica brasileira.

Esta centralização se fez sentir também em nível político-administrativo. É a partir desse período que Manguinhos irá perder, gradualmente, sua autonomia financeira e político-administrativa, refletindo-se na desagregação do modelo original arquitetado por Oswaldo Cruz.

A transferência do Instituto para a alçada do recém-criado Ministério de Educação e Saúde, em

1930, se não significou a perda momentânea de sua autonomia, não lhe garantiu por muito tempo o status que gozara até então no aparelho estatal. O IOC sofreu com a redução drástica de recursos e com a perda gradual de sua intervenção no campo da saúde.

Neste período destacam-se as atividades de Evandro Chagas, na tentativa de organizar um setor de estudos de grandes endemias a partir do Instituto cuja característica seria a regionalização de seus serviços. Para tal, formou uma equipe de patologistas, criou o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), em cooperação com o governo do estado e percorreu outras regiões do país, onde plantou as sementes de seu projeto. O trabalho foi praticamente interrompido com sua morte prematura num desastre de avião em 1940 e foi difícil ao Instituto voltar a ocupar este espaço na saúde pública. Evandro Chagas contava com o apoio financeiro do empresário Guilherme Guinle para empreender suas viagens científicas pelo Brasil. Depois de sua gestão, a Divisão de Estudos e Endemias que institucionalizou seu serviço em 1942, perdeu esses recursos e enfrentou dificuldades para desenvolver as atividades de campo, tão importantes para estes estudos.

O verdadeiro golpe contra a autonomia do Instituto viria, porém, a partir de 1937, com a soma de vários fenômenos que se referem à relação da instituição com o Estado.

O primeiro deles ocorreu com a reforma centralizadora do Ministério de Educação e Saúde chefiado por Gustavo Capanema. Além de ser rebaixado na hierarquia administrativa, passando a subordinar-se ao Departamento Nacional de Educação e não mais ao Ministério, o Instituto perdeu a autonomia financeira com o veto à comercialização das vacinas que produzia, principalmente a da Manqueira (1), que chegava a somar 30%, aproximadamente, do total de seu orçamento.

Manguinhos passou a viver na total dependência financeira do governo. A falta de recursos seria queixa constante das direções subsequentes.

Um novo golpe foi dado com a Lei de Acumulação de Cargos, também de 1937, segundo a

1 Descoberta por pesquisadores do IOC em 1908, combatia o carbúnculo sintomático que devastava o rebanho bovino. Era comercializada, inclusive, para vários países da América. Depois de proibida a produção do IOC, sob a alegação de que se tratava de uma vacina animal, fora da pauta de produtos de um instituto de saúde pública, os donos da patente – Alcides Godoy e Machado – passaram a fabricá-la em laboratório privado.

qual os funcionários públicos que acumulassem mais de um cargo deveriam optar por um deles. O IOC, já com baixos salários e dificuldades de contratação, ressentiu-se ainda mais com a perda de alguns pesquisadores de peso, como, por exemplo, Olympio da Fonseca, que optou pela Faculdade de Medicina.

Esta lei atingiu, na verdade, toda a atividade científica, pois a acumulação do ensino e da pesquisa permitia que a comunidade científica brasileira, de proporções reduzidas, se desdobrasse entre várias instituições e redobrasse seus salários. (cf Schwartzman, 1979).

A centralização administrativa do Estado Novo foi reforçada pela criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que, com a finalidade de dar ao Estado um aparato burocrático racionalizador, avançou a preparação anual do orçamento de todos os órgãos vinculados ao governo federal passando, inclusive, a coordenar a realização de concursos, como o de biólogo do Instituto Oswaldo Cruz.

Carlos Chagas, diretor até 1934, conseguira adiar o fim da comercialização de produtos e manter a instituição mais ou menos coesa em torno de seu modelo original. Depois disto, a instituição não conseguiu fazer frente às limitações impostas pelo Estado.

Quando Henrique Aragão assumiu a direção do Instituto, em 1942, as verbas começaram a fluir com mais abundância, sobretudo depois que o Brasil se engajou na Segunda Guerra Mundial e o Instituto tornou-se uma peça importante para o esforço bélico, produzindo soros, vacinas, plasma sanguíneo, penicilina, etc.

Esta direção introduziu, também, modificações importantes nos serviços internos, departamentalizando suas funções.

Pelo regulamento de 1942, as antigas seções científicas passaram a se chamar divisões, tornando-se mais completas e complexas. Criaram-se a Divisão de Microbiologia e Imunologia, compreendendo as seções de bacteriologia e micologia e a fabricação de produtos biológicos; a Divisão de Vírus, dividida nas seções de vírus – encarregada da fabricação da antivaricela, a anti-gripal e depois a anti-amarílica (1950) – e de riquetsias; a Divisão de Zoologia Médica, compreendendo a protozoologia, entomologia e helmintologia; a Divisão de Fisiologia; a Divisão de Química e Farmacologia, englobando as seções de química e quimioterapia e a seção de ensaios biológicos, que executava exames de laboratório necessários aos serviços federais de saúde; a Divisão de Patologia com as seções de anatomia patológica, hematologia e medicina experimental; a Divisão de Estudos e Endemias compreendendo o Hospital Evandro Chagas, a seção de estatística e epidemiologia, a de

inquéritos e trabalhos de campo; a Divisão de Higiene; e os setores auxiliares como a estação de hidrobiologia, gabinete de preparação de meios de cultura, gabinete de envasamento e zeladoria.

Esta estrutura manteve-se praticamente inalterada até 1962, quando se acrescentaram a Divisão de Ensino e Documentação para dar conta da diversidade de cursos oferecidos pelo IOC e algumas seções: malacologia, hidrobiologia, farmacodinâmica, bioquímica, físico-química, fisiopatologia. A Divisão de Estudos e Endemias transformou-se em Divisão de Nosologia compreendendo os setores de clínica médica, análises clínicas, estudos regionais e ecologia. Foi também reestruturado o serviço de administração e o serviço técnico-auxiliar.

Fica claro que esta nova ordenação dos serviços não representa apenas um novo arranjo burocrático, mas decorre da própria complexidade e diversificação do conhecimento científico e técnico.

Esta nova divisão de trabalho aliada à crescente burocratização dos serviços resultou na separação definitiva da área de pesquisa daquela de produção, cada uma vinculada a uma seção específica. Era o início da progressiva desagregação do modelo original. (cf Benchimol, Brito, Hamilton, 1988).

Henrique Aragão parece ter sido o último diretor a conseguir manter um tênue fio de ligação com os “tempos heróicos” de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, talvez pela sua figura tradicional e cientificamente incontestável. Sempre houve conflitos no IOC, especialmente nos períodos sucessórios. As divergências, porém, eram sempre superadas em prol de um consenso relativo, baseado em escolhas internas do diretor, tendo seu mérito reconhecido pela comunidade científica. Depois dessa gestão o consenso não foi recuperado, o que tornou a instituição ainda mais vulnerável às oscilações conjunturais e às ingerências políticas externas, que se refletiam internamente na crescente disputa pelos escassos recursos, nas crises de legitimidade e na instabilidade política de suas diretorias.

A ausência de consenso frente às questões institucionais, como veremos mais adiante, geraria uma série de conflitos que dividiriam o corpo técnico em frações que buscavam apoio político externo.

Não é por acaso que na década de 1950 extinguiu-se a tradição dos diretores vitalícios e dos longos períodos administrativos. Henrique Aragão demitiu-se em 1949 em frontal divergência com a resolução do governo de entregar ao Serviço Nacional de Febre Amarela – e não ao IOC como havia sido acordado – os laboratórios de produção de vacina e de estudos sobre a febre amarela da Fundação Rockefeller, que encerraria suas atividades no Brasil em 1950. (cf. Cavalcanti, sem data).

A partir daí, o Instituto irá conhecer gestões curtas, descontínuas e incapazes de definir projetos institucionais de maior alcance. As crises internas irão se aprofundar, criando a cada nova gestão grupos de apoio e de oposição ao diretor.

Na mesma época, o governo tomava a iniciativa que seria considerada por estudiosos do assunto como um marco na institucionalização da política científica: a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951. (cf Morel, 1979). Era o Estado brasileiro entrando como patrocinador direto da pesquisa, através de bolsas e auxílios, orientado pela necessidade de se equiparar às outras nações na área científica, principalmente na utilização da energia nuclear, de capital importância após a Segunda Guerra Mundial. Outra consequência importante foi a de permitir aos próprios cientistas a ocupação de cargos na direção do CNPq.

No IOC, vários laboratórios passaram a receber seu auxílio, principalmente o de fisiologia. A pesquisa, portanto, se mantinha graças a recursos externos como os do próprio CNPq e da Fundação Ford, que sustentavam, por exemplo, o produtivo laboratório de hematologia de Walter Oswaldo Cruz.

Várias são as abordagens sobre a institucionalização da ciência no Brasil. Tomando como base o desenvolvimento das forças produtivas (cf Morel, 1979), e ressaltando fatores internos de demanda social por um sistema tecnológico-científico (cf Sant'Anna, 1978), até chegar nos aspectos sócio-culturais (cf Schwartzman, 1979), estas interpretações convergem na constatação das dificuldades que a ciência encontra para se firmar no Brasil, revestindo-se de um caráter marginal.

A atividade científica cresce estreitamente ligada a interesses de grupos sociais bem definidos, e com expressão dentro do Estado, sempre por trás das origens de institutos e faculdades. Diante da carência de recursos e das demandas específicas do Estado por produtos biológicos, era de se esperar que o IOC encontrasse dificuldades em encaminhar o desenvolvimento científico e tecnológico verificado após o término da Segunda Guerra Mundial no campo da medicina experimental.

Uma nova mudança institucional ocorreria em 1953, quando o Instituto Oswaldo Cruz vinculou-se diretamente ao Ministério da Saúde, recém separado do Ministério da Educação.

Os analistas da política de saúde concordam em apontar a falta de prestígio político e de recursos financeiros como características presentes desde o nascimento do Ministério da Saúde (cf Buss, Shiraiwa, Maranhão, 1976).

Apesar da emergência, nesse período, do discurso sanitário desenvolvimentista, que propugnava uma nova visão da Saúde Pública mais

relacionada à questão social em oposição à predominância da medicina curativa, não se verificam mudanças substantivas nas práticas dos órgãos de saúde pública.

A cristalização do modelo médico assistencial curativo, ao contrário, integrará o Ministério da Saúde à lógica do complexo médico industrial (cf Labra, 1987). A isto acrescenta-se o centralismo e burocratização das práticas campanhistas, com a criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais em 1956, cujas prioridades eram organizar, coordenar e executar os serviços de combate às doenças endêmicas.

Nesse contexto o IOC perdeu de vez, além de sua autonomia política, a influência sobre a política sanitária global, restando-lhe a produção de soros, vacinas e reagentes. A instituição passa a ser um órgão fundamental ao andamento das campanhas organizadas pelo governo e é praticamente obrigada a dedicar seu orçamento à produção de imunobiológicos para atender às demandas cada vez maiores do ministério. Manguinhos era – e ainda é – o único produtor da vacina contra a febre amarela no Brasil e um dos principais produtores da antivariólica.

Esta última se intensificou a partir do lançamento da Campanha de Erradicação da Varíola no Brasil, em conjunto com a Organização Mundial da Saúde, no início da década de 60. Contando agora com o apoio financeiro da Repartição Panamericana da Saúde e introduzindo a técnica da vacina liofilizada, o IOC passou de 9 milhões 522 mil doses em 1962 para 42 milhões de doses em 1966, distribuídas por todo o território nacional. Mesmo assim devem ser assinaladas várias participações de pesquisadores do IOC, a exemplo de Felipe Nery Guimarães e Francisco Laranja em campanhas de saúde pública. Mas, ao que parece, quando isto acontecia a iniciativa era do Ministério da Saúde, requisitando os pesquisadores.

### Ciência Pura x Ciência Aplicada

Neste quadro formou-se na instituição um grupo de pesquisadores que reivindicava a criação do Ministério da Ciência e a separação do Instituto Oswaldo Cruz da saúde pública e a sua incorporação ao novo ministério.

A mobilização pelo Ministério da Ciência data do final da década de 50 e toma impulso a partir de 1960. Surge dentro da SBPC e várias são as entidades que se fazem representar nesta discussão: Academia Brasileira de Ciências, CNPq, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Observatório Nacional, Universidade de São Paulo, Instituto de Energia Atômica de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Instituto de Biofísica, Jardim Botânico,

Instituto de Matemática Pura e Aplicada e o próprio Instituto Oswaldo Cruz, entre outros.

Os pontos fundamentais desta proposta eram garantir à comunidade científica um espaço de participação nas decisões a respeito de um projeto científico definido nacionalmente e implementar uma política visando autonomia e liberdade científica face aos critérios utilitários adotados por órgãos governamentais. Só assim, seria resgatado o papel que a ciência cumprira no processo de desenvolvimento brasileiro.

Paralelamente à criação do Ministério da Ciência, eram perceptíveis as necessidades de suplementar verbas para a pesquisa científica, reorganizar o sistema universitário e organizar institutos livres voltados para atividades de pesquisa experimental.

Apesar da consonância deste discurso com o clima desenvolvimentista vivido durante o governo Juscelino Kubitschek e do destaque dado à formação de pessoal técnico no Plano de Metas, estas reivindicações não chegariam a se efetivar. Na verdade, sua expressão mais concreta seria a organização da universidade na nova capital do país, a UnB, planejada por este grupo.

Uma boa parte dos cientistas mobilizados na defesa desta proposta estaria, anos depois, na lista dos cassados e aposentados pelo regime militar.

Dentro do IOC havia alguns pesquisadores articulados a esse movimento mais geral, principalmente Herman Lent, Haity Moussatché, Walter Oswaldo Cruz e Tito Cavalcanti. No caso específico do Instituto Oswaldo Cruz, buscavam sua passagem para a esfera do novo ministério pois supunham que, com isto, a comunidade se libertaria do peso de ter de trabalhar em assuntos de interesse médico e da responsabilidade pela produção de soros e vacinas, os quais pesavam na balança na hora da distribuição de recursos. (cf Lent, 1978).

Para este grupo, a solução dos problemas estava na exclusão do setor de proteção e das demandas imediatas da saúde pública do escopo da instituição. O grupo não percebia que fora a integração entre estas duas vertentes da ciência que permitira ao IOC se tornar modelo de instituição científica para a América Latina, já que a ciência dita pura ou básica sempre encontrou dificuldades de se firmar no Brasil, onde os governos estiveram mais preocupados com resultados práticos do que em facilitar pesquisas que não resultassem em uma utilidade imediata.

Na verdade, o problema do IOC estava muito mais ligado à própria instabilidade interna, que se refletia na incapacidade de desenvolver um projeto institucional coerente. Os fatores já apontados, como a perda gradual da autonomia política e financeira, a diminuição de recursos, e a quebra de consenso interno dificultaram às chefias da instituição a tarefa de elaborar um projeto que

integrasse os diversos setores em torno de objetivos concretos e mais ou menos comuns.

Acrescente-se a isto o fato de que, historicamente, as decisões institucionais e a distribuição de recursos orçamentários eram atribuições exclusivas do diretor, criando um quadro de centralização administrativa que dava margem a gestões consideradas autoritárias e individualistas, o que gerava o descontentamento daqueles que desejavam participar dos rumos da instituição.

Foi durante a gestão de Francisco Laranja, em 1954, que se adotaram providências para a efetivação desta aspiração: organizou-se o Conselho Deliberativo – constituído pelos chefes de divisão. Apesar do caráter provisório e experimental, este conselho inaugurou o sistema colegiado para a solução de problemas gerais da administração técnico-científica, especialmente na sempre polêmica questão da seleção e admissão de novos pesquisadores. Esta experiência durou pouco menos de um ano, sendo posta de lado com a substituição de Francisco Laranja por Antônio Augusto Xavier em fevereiro de 1955, durante o governo de Café Filho. O Conselho Deliberativo foi reinstituído em 1959, na gestão de Amílcar Vianna Martins, permanecendo até 1964 quando foi extinto definitivamente.

No outro lado desta dicotomia entre o setor de pesquisa e o de produção, encontramos o discurso da preocupação com os resultados práticos. Esta corrente veiculava a idéia de que o compromisso do IOC diante dos poucos recursos de que dispunha uma instituição num país pobre como o Brasil, deveria ser o de priorizar a produção de imunobiológicos e a pesquisa em doenças que afligem a população.

Nesta perspectiva, uma instituição voltada para os cuidados com a saúde pública, como o Instituto Oswaldo Cruz, deveria reforçar os setores que correspondem às demandas do Ministério da Saúde. A ciência pura, sem preocupação com a aplicabilidade do conhecimento ocuparia, portanto, um segundo plano.

Quando Joaquim Travassos da Rosa – paulista nomeado durante o governo Jânio Quadros – assumiu a direção do IOC antes do golpe de 1964, encontrou a instituição em sérias dificuldades: carência crônica de recursos, falta de equipamentos, na premência de acatar as demandas do Ministério da Saúde e com um movimento interno que pleiteava o seu desligamento da saúde pública.

O Instituto Oswaldo Cruz era uma instituição fragilizada face às pressões externas, com seus setores de pesquisa e de produção desarticulados, a relação entre pesquisa pura e aplicada problematizada, sem autonomia política e financeira. Mas, por outro lado, ostentava o mito de um passado heróico dos tempos de Oswaldo Cruz e

o prestígio de sessenta anos de tradição em pesquisa nas ciências biomédicas e na saúde pública.

### Tempos de crise: “O massacre de Manguinhos”

Manguinhos passou por uma fase crítica a partir de 1964 – tempos dos mais difíceis que enfrentou, quando se agravaram os conflitos e problemas existentes há bastante tempo.

No dia primeiro de abril, em meio a grave crise política, o Presidente João Goulart foi deposto. Era o golpe militar de 1964 que alteraria o modelo político e econômico. O golpe representou o fim do pacto populista e firmou as bases para a articulação de uma nova aliança no interior do Estado, na qual as Forças Armadas se constituíram como fração política hegemônica.

A ascensão do General Castelo Branco à Presidência da República caracterizou-se por dois fenômenos complementares. Por um lado procurou-se a retomada do desenvolvimento econômico, reservando ao capital estrangeiro um papel preponderante. Por outro, sob o lema da “segurança”, procurou-se combater os movimentos populares fazendo oposição ao poder sindical e ao comunismo.

12

Inaugurando uma série de medidas arbitrárias, o presidente decretou o Ato Institucional número 1, o AI-1, que cassou o direitos de centenas de militares e políticos de oposição. Foram instituídos milhares de inquéritos policiais militares – prática generalizada nesta primeira fase dos governos militares que atingiu a maioria das instituições da esfera pública.

Neste contexto, o Instituto Oswaldo Cruz não foi exceção. O primeiro inquérito militar iniciou-se sob a direção do General Aluizio Falcão, para apurar atos de subversão e corrupção entre seus funcionários.

Paralelamente, instalou-se um inquérito civil para tratar dos mesmos assuntos. O Ministério da Saúde instalou 16 subcomissões de investigação, uma das quais no Instituto Oswaldo Cruz, chefiada pelo Professor Olympio da Fonseca. É interessante tecer algumas considerações a respeito do papel deste cientista para mostrar, também, os aspectos pessoais envolvidos nos acontecimentos.

Contemporâneo de Oswaldo Cruz, Olympio da Fonseca foi zoólogo de prestígio incontestável, responsável pela organização da Seção de Micologia e pela montagem da rica micoteca de Manguinhos. No entanto, ao longo dos anos, ele ganharia fortes inimizades dentro da instituição.

Já em 1937, quando – no contexto da lei da desacumulação – optou pela Faculdade de Medicina, encontrou a animosidade de seus colegas por ter abandonado Manguinhos. Esta decisão somou-se a vários outros episódios de disputas científicas e políticas entre as duas instituições.

Olympio da Fonseca ganhou novas inimizades quando se envolveu no episódio conhecido como Potsch/Mello-Leitão. Depois de ter seu livro de biologia vetado pela Comissão do Livro Didático, Waldemiro Potsch moveu ação contra o professor Cândido de Mello-Leitão um dos membros da comissão e que também teria um compêndio de biologia a ser publicado. Como perito do juiz, Olympio da Fonseca foi acusado por Herman Lent, perito científico do professor Potsch, de ter pronunciado julgamento parcial das duas obras, favorecendo o professor Mello-Leitão. (Potsch, 1964).

Este caso teve grande repercussão na época e dividiu as opiniões das comunidades científica, não só de Manguinhos como do Brasil. Porém, foi durante a sua gestão como diretor do Instituto Oswaldo Cruz entre 1950-1953, que enfrentou o maior movimento de oposição.

Procurando modernizar e incrementar as atividades da instituição, foi criticado pelo seu autoritarismo e por contratar inúmeros pesquisadores com vencimentos acima da grande maioria dos servidores. O grupo de oposição conseguiu, após sucessivas pressões, algo inédito até então na história de Manguinhos: a demissão do diretor pelo Presidente Getúlio Vargas. Quando então, Olympio da Fonseca assumiu a presidência do inquérito civil, em 1964, seus colegas temeram retaliações pessoais.

Uma terceira e última investigação foi instaurada em 1966. Sob acusação direta de Rocha Lagoa, então diretor de Manguinhos, foram intimados pelo serviço de segurança do Ministério da Saúde, os cientistas que contavam com maiores financiamentos para suas pesquisas, obtidos de instituições privadas e governamentais.

A abertura de inquéritos desencadeou na instituição um processo de delações que criou um clima difícil e tenso entre seus funcionários. Muitas foram as acusações que, infundadas ou não, de caráter pessoal ou político, remexeram em temas antigos e controvertidos.

O telegrama enviado a Luis Carlos Prestes em 1946, em apoio ao discurso que pronunciara contra a permanência de bases americanas no Brasil após o fim da Segunda Guerra Mundial, assinado por alguns pesquisadores de Manguinhos, foi ressuscitado pelos inquéritos. (2)

Outro exemplo: a polícia foi ao morro da Mangueira procurar uma célula comunista. Por indicações erradas, acabou chegando a um clube de futebol e, como no seu fichário havia nomes de funcionários de Manguinhos, estabeleceu-se que havia um foco comunista na instituição. (3)

2 cf Depoimento de Hugo de Souza Lopes, no acervo da COC Fiocruz.

3 cf Depoimento de Tito Cavalcanti no acervo da COC – Fiocruz.

No entanto, quando foram concluídos estes três inquéritos, aparentemente nada foi apurado contra os cientistas. Não havia qualquer indicação formal que os comprometessem no que se refere a questões administrativas ou ideológicas.

No plano da política de saúde verificou-se neste período a emergência do discurso da racionalização. Foram anos de reorganização institucional, nos quais criaram-se comissões, grupos de trabalho e assessorias, a fim de elaborar medidas racionalizadoras tais como programações, treinamentos e especializações de recursos humanos para o setor de saúde. O objetivo era controlar a realidade nosológica do país, integrando a saúde ao novo modelo de desenvolvimento proposto pelo governo.

Estas medidas racionalizadoras só tiveram efeito prático a partir de 1970, quando deixou de existir distância entre o discurso e a prática institucional (cf Luz, 1979). O ministro da saúde Raimundo de Britto, no cargo entre 1965 e 1967 era político da UDN e ex-secretário do governo Carlos Lacerda. Ele procurou adaptar as instituições a estas novas condições.

Em Manguinhos, sentiu-se os reflexos desta nova orientação. Antes da posse de um novo diretor, o ministro afastou de suas funções Herman Lent, chefe da Divisão de Zoologia e Walter Oswaldo Cruz, chefe da Divisão de Patologia, além de mais sete chefes de seção: João F. Teixeira de Freitas da helmintologia; Hugo de S. Lopes da entomologia; Haity Moussatché da fisiologia; Moacyr Vaz de Andrade do setor de estatísticas do serviço de documentação; Masao Goto da micologia; Henrique Veloso da ecologia e Fernando Ubatuba da endocrinologia.

Em uma entrevista ao *Correio da Manhã*, de 24 de abril de 1965, Raimundo Britto dizia que "As idéias exóticas que em Manguinhos foram infiltradas serão banidas definitivamente (...) Manguinhos de amanhã será uma colméia de trabalho e não um foco de idéias subversivas". Nada mais objetivo para definir a ideologia em vigor.

Finalmente, no dia 23 de junho, Raimundo de Britto nomeou Francisco de Paula da Rocha Lagoa para chefiar o Instituto Oswaldo Cruz. Ele preenchia os pré-requisitos necessários, naquele momento, para ocupar o cargo: fez o Curso da Escola Superior de Guerra em 1963, contava com o apoio do Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara e pertencia a tradicional família mineira, vinculada a políticos da UDN.

No seu discurso de posse, Rocha Lagoa – funcionário de Manguinhos desde a década de 40 – deixaria bastante claro quais os ideais com que se identificava, estabelecendo suas ligações com o poder político militar e assumindo o papel de seu representante dentro da instituição: "Será sob a

égide da família, da ciência, da cruz e dos ideais de desenvolvimento, bem-estar e segurança do Brasil que pretendemos encetar esta jornada e moldar nossas ações em prol da maior grandeza de nossa pátria". (cf *Tribuna Médica*, 26/06/64)

Afinado com o discurso do planejamento e procurando adequar-se às diretrizes gerais do Ministério da Saúde, o novo diretor criticava a desorganização dos trabalhos das gestões anteriores e estabelecia um programa de atividades que valorizava o estudo de problemas de patologia nacional e o incremento da produção de soros e vacinas.

Todos os funcionários ocupando cargos de chefia foram substituídos por outros que se adequassem melhor à nova orientação. Assim, o grupo de pesquisadores que se mobilizava em prol da ciência pura perdeu espaço, progressivamente, dentro do IOC.

Tito Cavalcanti foi afastado da chefia da Divisão de Fisiologia e o cargo foi ocupado por Nicanor Botafogo. Gilberto Vilela saiu da Divisão de Química, sendo substituído por Helion Póvoa Filho, enquanto Guilherme Lacorte assumiu a Divisão de Microbiologia, com o afastamento de Antônio Area Leão. A seção de ensino e documentação passou a ser chefiada por Geth Jansen e Herman Lent foi afastado do cargo de editor das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*.

Na Divisão de Zoologia, da qual havia sido afastado Herman Lent, assumiu como interventor Olympio da Fonseca e depois Julio Muniz. Para a Divisão de Anatomia Patológica Olympio da Fonseca também foi nomeado interventor em substituição a Walter Oswaldo Cruz, até assumir Eitel Lopes Duarte. Nos serviços de administração e técnico-auxiliares, houve substituição de todos os chefes.

O conflito entre estes grupos cristalizou-se após 1964. O radicalismo de ambos os lados não deixaria margem, como veremos adiante, para que a discórdia fosse resolvida sem a necessidade de excluir uma dessas facções da instituição.

Em consonância com a orientação de trabalhar primordialmente em assuntos de interesse nacional, a nova gestão procurou realizar convênios com as secretarias dos estados do Pará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e criar um posto regional para estudar as condições mórbidas do Brasil Central – região em evidência após a ocupação da nova capital. Esta última experiência não chegou, no entanto, a se concretizar por falta de respaldo médico-institucional na região.

A produção dos principais produtos biológicos do Instituto, de acordo com seu relatório de atividades de 1964, somou Cr\$ 956.347,19 atingindo praticamente a dotação total de um orçamento de Cz\$ 1.211.234,00. A instituição continuava sofrendo com a falta de recursos,

decorrente da própria depauperação do Ministério de Saúde, que tinha suas despesas reduzidas ainda mais pelas medidas adotadas pelo governo federal para conter a pressão inflacionária. Para implementar seu plano de incrementar a produção de vacinas, a direção lançou mão dos instrumentos que o regime autoritário e repressivo lhe oferecia, intervindo na distribuição interna de verbas.

Paralelamente, a direção do IOC enviou ofícios a entidades internacionais e universidades pedindo que os auxílios financeiros passassem pelo seu crivo, ao invés de seguirem diretamente para os pesquisadores beneficiados, que os obtiveram graças a seus esforços pessoais. Com isto, a direção poderia alocar recursos para os setores de seu interesse, principalmente as divisões de microbiologia e virologia, que tiveram um aumento considerável no número de doses de vacinas e soros produzidos.

Em 1964, por exemplo, foram produzidas 2 milhões 774 mil doses de vacina anti-mariúflica; em 1966 passaram a ser 10 milhões 375 mil doses. A anti-tífóidica cresceu de 3 milhões 59 mil doses para 12 milhões 246 mil doses no mesmo período; a anti-pertussis que não se produzia em 1964 alcançou 250 mil doses em 1966.

Além de dificultar a captação de recursos externos, a centralização administrativa permitia que a direção destinasse as verbas próprias para as áreas prioritárias, relegando outros trabalhos a um segundo plano.

Algumas instituições, porém, não aceitaram a pressão do IOC. A Fundação Ford, por exemplo, que destinaria, em 1964, 40 mil dólares para financiar principalmente a seção de hematologia, suspendeu seu auxílio.

Rocha Lagoa tinha, como diretor do IOC, assento garantido no Conselho Nacional de Pesquisa. Lá ele também exerceu pressão para que os auxílios concedidos a Herman Lent e Haity Moussatché não se renovassem, sob a alegação de que desejava estabelecer trabalhos em outras linhas. O CNPq acabou não renovando as bolsas.

Quem mais sofria com estes cortes de verbas eram os laboratórios, que encontrariam dificuldades em captar auxílio externo. Aliás, é ilustrativo o caso da seção dirigida por Walter Oswaldo Cruz. Sob a alegação de que ocupava um espaço superior ao necessário, a diretoria transferiu a seção para um local menor, utilizando, inclusive, de força policial já que seus pesquisadores, acusados de insubordinação, se recusavam a desalojar a área.

O fim dos auxílios da Fundação Ford e a devolução de material científico novo significou uma grande perda. Os cinquenta e oito bolsistas, obrigados a frequentar cursos de assuntos gerais e sofrendo com o corte dos recursos, abandonaram o laboratório, que contaria com apenas dezesseis assistentes em 1966.

Pouco tempo depois, formou-se uma comissão composta por técnicos do IOC para fazer um levantamento no laboratório de Walter Cruz, sob a acusação de que nele havia propaganda subversiva e práticas de proselitismo político. Este foi revistado pela comissão que apenas encontrou material científico.

Após a morte Walter Oswaldo Cruz, vítima de ataque cardíaco em 1967, o laboratório seria definitivamente lacrado e as pesquisas na área completamente paralisadas.

Outras seções como as de farmacodinâmica, endocrinologia, helmintologia, entomologia, bioquímica, apesar das dificuldades continuaram tentando desenvolver seus estudos, publicando trabalhos nas revistas científicas.

À semelhança de outros setores sociais, os cientistas de Manguinhos não conseguiram antever o verdadeiro significado do golpe militar e a profundidade de seus desdobramentos.

Mantendo as esperanças de um retorno à legalidade dentro dos moldes liberais, e acreditando na possibilidade de preservar o campo científico, os pesquisadores insistiam em suas teses sem conseguir, no entanto, ampliar as bases de apoio junto às esferas governamentais.

Havia uma certa ingenuidade na avaliação de que suas propostas podiam ser ouvidas e acatadas por um regime que se caracterizava pelo autoritarismo e pela repressão. Imaginavam ser possível repetir, com Rocha Lagoa, o que ocorrera com Olympio da Fonseca na década anterior.

Através da imprensa e de contatos com altos funcionários do governo, o grupo de oposição continuava a combater a transformação do Instituto Oswaldo Cruz numa simples fábrica de vacinas, reiterando a necessidade de um Ministério da Ciência.

Haity Moussatché concedeu uma entrevista que lhe valeu uma interpelação da direção e, posteriormente, uma pena de repressão constante no ofício nº 26, de 1965, disponível nos arquivos da SAG-Fiocruz. O *Jornal do Brasil* de seis de janeiro informou:

“Haity Moussatché denuncia a Raimundo de Britto: – A política dominante no Instituto tende a transformá-lo numa autêntica farmácia com sérios prejuízos ao setor de pesquisa científica”.

No início de 1965, os cientistas conseguiram uma audiência com o Ministro da Saúde Raimundo de Britto para denunciar a transformação do IOC em mero órgão de solução de problemas sanitários imediatos, em detrimento das pesquisas. Eles propuseram a criação de um instituto de saúde pública que se encarregasse da produção e dos estudos nosológicos.

O Ministro manteve seu apoio à direção de Manguinhos, como nos mostra um artigo no jornal *Correio da Manhã* de 30 de janeiro: “(...) vêm

sendo feitas, nestes últimos dias, insistentes acusações à atual direção do Instituto Oswaldo Cruz, o que está a exigir esclarecimento deste Gabinete, tal a inconsistência das afirmações veiculadas”.

Em 1967, Herman Lent dirigiu-se ao comandante da Escola Superior de Guerra, General Augusto Fragoso, para apontar os erros do documento “O Panorama da saúde e o Brasil”, conferência proferida por Rocha Lagoa na instituição, mas foi aconselhado pelo general a não se envolver em assuntos de segurança nacional (Lent, 1978). Este exemplo nos mostra, mais uma vez, a ingenuidade dos cientistas a respeito da realidade brasileira. Eles pretendiam resolver as questões políticas como se fossem questões acadêmicas.

No plano externo, o grupo intensificava sua mobilização a favor do Ministério da Ciência, conforme depoimento de Herman Lent ao CPDOC-FGV:

“A definição que nós víamos como mais palpável era a passagem para o Ministério da Ciência (...) Era uma posição pública assumida claramente, considerando que era a única maneira de defender a instituição que vinha caindo cada vez mais”.

Em junho de 1965 cientistas, representando várias instituições de pesquisas, dentre eles Walter Oswaldo Cruz, Haity Moussatché, Tito Cavalcanti e Herman Lent pelo IOC, conseguem audiência com o Ministro do Planejamento, Roberto Campos, para expor a idéia do Ministério da Ciência. Tito Cavalcanti relembra o encontro em depoimento prestado a pesquisadores do COC-Fiocruz: “Arthur Moses, que era presidente da ABC, resolveu convocar um grupo de pesquisadores para apresentar a Roberto Campos, que era Ministro do Planejamento, nossa idéia de Ministério da Ciência (...) Fiz a apresentação e entreguei por escrito a Roberto Campos. No fim ele só fez a afirmação de que os institutos devem ser órgãos de execução; órgãos de pesquisa devem ser só as universidades”.

De antemão, o ministro condenava a idéia do Ministério da Ciência, indicando o que futuramente procuraria se aplicar com a reforma universitária de 1968, onde o ensino e a pesquisa apareceriam dissociados e ligados às universidades.

Vale perguntarmo-nos se a criação de um Ministério da Ciência nas condições econômicas e políticas daquele momento resolveria o problema da ciência ou seria apenas uma forma de transferi-lo para outra esfera governamental.

Embora em alguns discursos o Presidente Castelo Branco alertasse para a importância de um sistema científico nacional e da formação de recursos humanos para uma política modernizante, a intervenção crescente do Estado nos setores básicos da economia, além do crescimento da participação

de investimentos estrangeiros dificultaria a atuação da ciência nacional. Já que a tecnologia necessária era buscada no exterior, as universidades brasileiras veriam sua atuação limitada à formação de técnicos capacitados para lidar com essa nova tecnologia, desestimulando, assim, a pesquisa científica.

Na verdade, entre 1964 e 1967 a situação da pesquisa científica permaneceu confusa. A contenção de gastos que resultou na deterioração de salários dos pesquisadores, aliada a instabilidade política reforçaria a corrente migratória de cientistas para o exterior (cf Morel, 1979).

A partir de 1967, já no governo Costa e Silva, podemos observar uma intensificação das medidas voltadas para a política científica, pois o crescimento dos recursos humanos e materiais vai ser visto como um elemento importante para a projeção do Brasil no plano internacional.

Neste contexto, a questão da ciência e tecnologia estaria vinculada à política externa governamental, cabendo ao Ministério das Relações Exteriores a organização das tarefas (cf Sant’Anna, 1978). Em junho de 1967, o Ministro Magalhães Pinto reuniu-se com vários cientistas para tratar da “evasão de cérebros” do país e da “operação retorno.” Naquele momento, reanimaram-se as esperanças dos cientistas com a possibilidade de criação do Ministério da Ciência.

Esta intenção, porém, acabou não se concretizando na prática decorrente da lógica econômica e política. Divergências entre os diversos setores do governo levariam Magalhães Pinto a declarar:

*“O povo e o governo deste Estado assistem com melancolia à transfência gratuita de suas riquezas para os grupos alheios aos seus interesses.” (Oliveira, 1976).*

O governo optaria por desenvolver uma política de tecnologia de grande porte, tendo como base de sustentação as Forças Armadas e as grandes empresas multinacionais, através de acordos de importação de *know-how* e equipamentos.

A autonomia de operações e o controle de recursos estratégicos definiram a energia nuclear como área prioritária de investimentos, seguida dos setores de comunicações, produção de armamentos e computadores, todos concentrados pelo Estado. (cf Schwartzman, 1981).

No programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), acentuou-se o importante papel da educação para o progresso tecnológico. A reforma universitária de 1968 vai se caracterizar, assim, por “medidas técnicas visando tornar o sistema de ensino superior mais eficiente”. Simultaneamente a estas medidas vão ser implementadas outras, de caráter punitivo, restringindo os aspectos políticos e críticos da universidade.

Preocupado com resultados práticos, o governo incentiva o desenvolvimento científico e

tecnológico mas afasta dos centros de decisão os elementos da comunidade científica mais qualificados, desarticulando os setores mais críticos e contrariando os ideais de autonomia, liberdade e participação.

Após 1968 várias universidades e institutos – USP, UERJ, UFMG, CBPF, UnB – viram alguns de seus professores e pesquisadores cassados ou aposentados por atos institucionais – reflexo do clima político da época, marcado pelo fechamento do regime militar.

A chamada “linha dura” do setor militar ganhara poder político no governo Costa e Silva. Deste modo, impôs a edição do AI-5, que conferia plenos poderes ao Executivo: a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, a censura prévia à imprensa e o redimensionamento do SNI – medidas necessárias à atuação das Forças Armadas, envolvidas com a repressão.

Apesar das reviravoltas políticas do regime militar, a situação do IOC não sofreu qualquer alteração naquele momento. Os pesquisadores continuariam como alvo das pressões da direção, ilhados internamente em seus laboratórios, e realizando suas pesquisas na medida do possível. E a direção continuou imprimindo sua orientação centralizadora e intervencionista.

Há relatos de alguns cientistas esclarecendo que no período posterior ao golpe militar havia certa aparência de “normalidade” na dinâmica dos laboratórios e do IOC. No Ministério da Saúde, o período de 1965 a 1967 caracterizou-se pela repetição das atividades de rotina, apresentadas de maneira mais organizada e padronizada. As grandes realizações de Raimundo de Britto foram a inauguração da Escola Municipal de Saúde Pública (1966) nos terrenos de Manguinhos, e o censo hospitalar.

Durante o governo Costa e Silva foi nomeado para chefiar o ministério Leonel Miranda – proprietário de um hospital e vinculado ao setor privado de saúde. Naquele momento, o discurso médico assistencial privatizante era dominante, acompanhado das críticas ao modelo de campanhas. O planejamento limitava-se a programação da assistência médica, a que se subordinariam as políticas do ministério.

Os interesses corporativistas privados, que vinham pressionando o Estado através da Federação Brasileira de Hospitais, tiveram seus esforços recompensados por uma política de cunho privatizante e concentrador, acompanhada da unificação da Previdência Social.

Mas, em outubro de 1969, a ascensão do General Médici à Presidência – inaugurando os piores anos de repressão e controle do regime militar – e a nomeação de Rocha Lagoa para o

Ministério da Saúde configurariam o quadro para os acontecimentos do dia primeiro de abril de 1970.

No dia seguinte o Diário Oficial publicava decreto, baseado no AI-5, que suspendia os direitos políticos por dez anos, de Haitý Moussatché, Herman Lent, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Cid de Mello Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Braga Ubatuba e Tito Cavalcanti.

Como a punição não implicava o afastamento de Manguinhos, um novo decreto aposentava e elevava para dez a lista de cientistas atingidos, incluindo os nomes de Domingos Arthur Machado Filho e Masao Goto.

Uma série de razões podem ser apontadas entre os motivos que levaram à cassação dos cientistas de Manguinhos. Gostaríamos de ressaltar os aspectos político-institucionais envolvidos nesta questão.

O IOC há muito se defrontava com sérios problemas, como perda de autonomia política e financeira, carência de recursos e formação de grupos internos que divergiam entre si sobre os rumos da instituição.

No panorama político repressivo não se viabilizaram fórmulas integradoras. O conflito de posições no IOC encerrou-se quando o grupo de oposição à diretoria foi excluído dos seus quadros. Os cientistas portadores de um discurso alternativo de política institucional foram afastados do Instituto Oswaldo Cruz em um período que se caracterizou pelo fechamento dos canais de participação, pela centralização do poder nas Forças Armadas e pela eliminação dos setores críticos da sociedade civil.

Quanto aos aspectos pessoais da cassação, associavam-se inimizades históricas e lutas internas por prestígio pessoal e poder. Muitos cientistas atribuem à ascensão de Rocha Lagoa ao Ministério da Saúde um papel importante na cassação. Ele teria conseguido, através do acesso aos poderes repressivos, encontrar a oportunidade para concretizar vinganças pessoais. Há bastante tempo ele era considerado por alguns de seus colegas um mau pesquisador:

*“Joaquim Travassos ostentava passado de pesquisa continuada e havia contribuído com valiosos trabalhos (...) mas isso não impediu que o governo Castelo Branco o substituisse por F.P. Rocha Lagoa; um médico medíocre que também pertencia aos quadros do Instituto mas não possuía nenhuma credencial como pesquisador”.*  
(Lent, 1978)

Por outro lado, Rocha Lagoa acusava estes cientistas de serem anarquistas e desorganizadores, principalmente quando se referia a gestão de Joaquim Travassos, na qual a maioria ocupava cargos de chefia. No Relatório de atividades do IOC de 1964, o diretor escreveu:

*“Ao assumirmos em junho de 1964, a direção de Manguinhos, encontramos a instituição atravessando um período difícil, com condições verdadeiramente lamentáveis de desorganização (...) Alguns técnicos favorecidos com auxílios nacionais e estrangeiros para pesquisas obdeceram mais a conveniências pessoais do que a interesses da instituição”*.

Rocha Lagoa na direção do Instituto Oswaldo Cruz assumiu o papel de representante do regime militar. Papel que continuaria a manter quando foi nomeado ministro da saúde.

A gestão de Rocha Lagoa no Ministério de Saúde entre 1970 e 1972 restringiu-se a processar a centralização administrativa que já tinha sido implantada na Previdência Social. A partir da reforma de 1970, certos órgãos desapareceram, outros integraram-se e alguns seriam promovidos a uma autonomia administrativa e financeira significativa, como a SUCAM, que em termos executivos passou a dispor de maior agilidade.

Foi instituída em 1970 a Fundação Instituto Oswaldo Cruz, que, se teve o mérito de lhe devolver as rendas obtidas com a venda de produtos e lhe dotar de relativa autonomia, resultou na formação de um conglomerado de unidades heterogêneas e independentes. A FIOCRUZ passou a congrega o Instituto Oswaldo Cruz, a Escola Nacional de Saúde Pública, o Instituto de Produção de Medicamentos, o Instituto Fernandes Figueira, o Instituto de Endemias Rurais, o Instituto Evandro Chagas e o Instituto de Leprologia.

A criação da Fundação Oswaldo Cruz, somada a cassação dos cientistas, prejudicariam seriamente Manguinhos. Linhas de pesquisas foram interrompidas, laboratórios fechados, acordos de cooperação suspensos e coleções científicas correram sério risco de dispersão e destruição por falta de cuidados.

Os baixos salários e a falta de renovação de pessoal também atingiriam a fabricação de produtos

biológicos, como por exemplo a vacina antipertussis, que com a aposentadoria de seu responsável deixou de ser produzida.

Acrescente-se ainda o fato de que quando os antigos funcionários do IOC tiveram que optar pelo regime de CLT, muitos não quiseram abandonar o regime estatutário e foram transferidos para outras instituições. Na década de 60 o IOC contava com aproximadamente 140 pesquisadores; dez anos depois, em 1974, faziam parte do seu quadro de pessoal apenas 70 cientistas.

A formação de recursos humanos também ficou prejudicada. Os cientistas afastados levaram um grande número de estagiários e, com a reforma administrativa, o Instituto deixou de realizar o Curso de Aplicação e outros cursos de especialização.

### **Conclusão**

O Massacre de Manguinhos não foi um episódio isolado na conjuntura política do regime militar pós-64 e sim um reflexo das contradições mais gerais da sociedade brasileira nesse período.

O conflito entre os defensores da ciência pura e da ciência aplicada tornou o Instituto Oswaldo Cruz ainda mais vulnerável às pressões do Estado, que se aproveitou dessa divisão para intervir, colocando-o sob sua égide. Isso na verdade representou a derrota das aspirações dos dois grupos e da produção científica, além de ter provocado uma crise na instituição, atingindo todos os seus setores.

Acreditamos que a importância deste estudo está no fato de levantar questões pertinentes à produção científica brasileira e também por ressaltar os problemas existentes na relação entre Estado e ciência no Brasil.

Até hoje essas questões permeiam os debates na Fundação Oswaldo Cruz, que se depara com a tentativa de integrar suas diversas áreas de atuação – pesquisa, ensino, produção e serviço – para definir um projeto institucional comum e reavaliar os parâmetros de sua relação com o Estado.

### Bibliografia

- ARAGÃO, Henrique B. 1950, "Notícia histórica sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz", *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, tomo 48/1-50.
- ARAGÃO, Mario B. (1979), "Resenha do Massacre de Manguinhos". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 15 – RJ, Ed. Civilização Brasileira.
- BENCHIMOL, Jaime, et al. (1988) "Manguinhos, um retrato de corpo inteiro", Projeto Manguinhos COC/FIOCRUZ, RJ, mimeo.
- BENCHIMOL Jaime, BRITO, Nara; HAMILTON, Wanda. (1988), "Do Instituto Soroterápico Federal à Fundação Oswaldo Cruz" in *Ciência e Saúde: a FIOCRUZ do Futuro*, RJ, SUPLAN/Fiocruz.
- BUSS Paulo M.; SHIRAIWA, Tizuco e MARANHÃO, Eduardo. (1976), "Ministério de Saúde e saúde coletiva – a história de 20 anos (1953/1974)". RJ, IMS/UERJ.
- CAVALCANTI Tito, "As crises do Instituto Oswaldo Cruz". sem data, RJ, mimeo.
- COSTA Nilson do Rosario. (1985), *Lutas urbanas e controle sanitário. Origens da política de saúde no Brasil*. RJ, Ed. Vozes.
- FONSECA Olympio da. (1974), *A Escola de Manguinhos – Contribuição para o estudo da medicina experimental*. São Paulo.
- LAFER Betty Midlin. (1975), *Planejamento no Brasil*. SP, Ed. Perspectiva.
- LABRA Maria Eliana. (1987), "Políticas de Saúde 1955-1964", RJ, mimeo.
- LENT Herman. (1978), *O massacre de Manguinhos*. RJ, Ed. Avenir. Ver também, depoimento no acervo da Casa de Oswaldo Cruz.
- LOPES José Leite. (1978), *Ciência e Libertação*. RJ, Ed. Paz e Terra.
- LUZ, Madel. (1979), *As instituições médicas no Brasil*. RJ, Ed. Graal.
- LUZ, Madel. (1982), *Medicina e ordem política brasileira*. RJ, Ed. Graal.
- MARTINS, Carlos Estevão. (1977), *Estado e capitalismo no Brasil*. SP, Ed. Hucitec.
- MARTINS, Thales. (1955), "A biologia no Brasil" in AF (org), *As ciências no Brasil*, vol. II. RJ, Ed. Melhoramentos.
- MAXWELL, Philips. (1979) "Ciência, tecnologia e desenvolvimento: a experiência Latino-Americana". *Revista Dados*, nº 22, IUPERJ.
- MOREL, Regina de Moraes. (1979), *A política científica no Brasil*. SP, Queiroz.
- OLIVEIRA, Eliezer R. de. (1978), *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil*. RJ, Ed. Vozes.
- POTSCH, Waldemiro. (1964), Na Presidência da Comissão de Inquérito no IOC, o professor Olympio da Fonseca Filho que na função de perito do juiz em processo judicial deixou aprovada a sua absoluta parcialidade e má fé. RJ, Fundação Alfredo H. X. Potech.
- SANT'ANNA, Vânia. (1978), *Ciência e sociedade no Brasil*. SP, Ed. Símbolo.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1979), *Formação da comunidade científica no Brasil*. RJ, Ed. Nacional.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1981) *Ciência, Universidade e Ideologia = A política do conhecimento*. RJ, Ed. Zahar.
- SOARES, Glaucio A. D. (1979) "A política das cassações" Dados nº 21, RJ, IUPERJ.
- STEPAN, Alfred. (1974), *Os militares na Política*. RJ, Artenova.
- STEPAN, Nancy. (1976), *Gênese e evolução da ciência brasileira*. RJ. Artenova.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (1978), *ISEB: Fábrica de ideologia*. SP, Ed. Ática.
- VARSAVSKY, Oscar. (1969), *Ciência, política y científicismo*. Buenos Aires, Centro Editorial de America Latina.

### Palestras e Conferências

- FONSECA, Vinicius da. (1977), "Desenvolvimento científico e tecnológico na área da Saúde", ESG.
- FONSECA, Vinicius da. "Fiocruz, recuperação 1975-1978"
- ROCHA Lagoa, Francisco de P. (1971), "A política nacional de saúde". ESG
- ROCHA Lagoa, Francisco de P. (1972), "Uma estratégia para a saúde no Brasil". ADESG.
- ROCHA Lagoa, Francisco de P. (1970), "Panorama da Saúde no Brasil". ESG.

### Documentos

- Planos de Aplicação 1964/1965 – SAG/Fiocruz
- Relatórios de Atividades do IOC 1963/1964 – SAG/Fiocruz
- Súmula das atividades do Instituto Oswaldo Cruz 1964/1968 – SAG/Fiocruz
- Relatório das atividades da Fiocruz – 1970/1971/1973/1974/1985 – Biblioteca/Fiocruz
- Cópias de ofícios – 1964/1965/1967/1970 – SAG/Fiocruz
- Decreto-Lei nº 904 – 1/10/69
- Decreto-Lei nº 666,24 – 22/5/70
- Decreto-Lei nº 67049 – 13/8/70